

NOTA TÉCNICA SOBRE O PROGRAMA ESCOLA ATIVA: Uma análise crítica

Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC

Esta nota técnica tem por objetivo subsidiar a discussão sobre o Programa Escola Ativa¹.

O referido Programa é uma estratégia metodológica implantada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e que continuou no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, contemplando escolas multisseriadas, ou escolas pequenas, em locais de difícil acesso e com baixa densidade populacional. Nelas, todas as séries/anos são atendidas em uma mesma sala de aula por apenas um professor. Dados do MEC contam 51 mil escolas com classes multisseriadas, representando mais de 50% das escolas do campo. Encontram-se, predominantemente, nas regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em 2008, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 3.106 municípios aderiram ao Programa Escola Ativa.

As posições sobre a multisseriação são polêmicas e de crítica. Reconhecemos, porém que a escola multisseriada é uma realidade na educação no e do campo que não pode ser ignorada. Além disto, existem outros argumentos que nos fazem considerar essa forma de organização escolar ainda necessária no campo. São eles: toda a criança tem direito a estudar próxima à sua casa e de seus familiares; o transporte escolar é demasiado perigoso para crianças pequenas e o cansaço dele advindo é um agravante para a aprendizagem; estas escolas podem/devem se organizar de forma a superar a seriação e a fragmentação do conhecimento, oportunizando um trabalho por ciclos de aprendizagem; estas escolas constroem e mantêm uma relação de reciprocidade, de coletividade, de referência cultural e de organização social na comunidade em que estão inseridas.

CONTEXTO DO SURGIMENTO DA ESCOLA ATIVA NA AMÉRICA LATINA:

¹ http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/projeto_base_ea.pdf

Na década de 1970, o escolanovismo² orientou a proposta formulada, na Colômbia, do Programa Escuela Nueva, criada para atender as classes multisseriadas. O programa estava dirigido ao atendimento das regiões com baixa densidade populacional e que apresentavam pouca qualidade educacional. Durante a década de 1970, a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC)³ apresentou e promoveu ações para desenvolver e melhorar a qualidade das escolas multisseriadas na América Latina que se espelharam na experiência desenvolvida na Colômbia.

Assim, o Programa Escuela Nueva foi parâmetro para a construção, no Brasil, em 1996, do que se denominou Programa Escola Ativa, atendendo os estados do Nordeste por intermédio do FUNDESCOLA, com financiamento do Banco Mundial.

O Boletim de Educação da OREALC - Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe - de julho-dezembro de 1968 informava que Alejandro Covarrubias e Santiago Hernández Ruiz promoveram a experimentação de escolas multisseriadas em doze países latino-americanos (Escola Ativa, 1999).

Consolidado na América Latina, o Programa entrou no Brasil pela via da capacitação de professores.

A ESCOLA ATIVA NO BRASIL

Segundo o documento "Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa", publicado pelo MEC/FNDE/FUNDESCOLA, em maio de 1996, técnicos da Direção-Geral do Projeto Nordeste (Projeto Educação Básica para o Nordeste), do Ministério da Educação, e técnicos dos estados de Minas Gerais e Maranhão foram convidados pelo Banco Mundial a participarem, na Colômbia, de um curso sobre a estratégia "Escuela Nueva - Escuela Activa", desenhada por um grupo de educadores

² O ideário da Escola Nova tem suas raízes no liberalismo e representou uma reação à Escola Tradicional. Muitas destas ideias pedagógicas já eram colocadas em prática no final do século XIX em plena ascensão do capitalismo. As ideias básicas são: centralidade da criança nas relações de aprendizagem; respeito às normas higiênicas; disciplinarização do corpo e dos gestos; cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais; exaltação do ato de observar e de intuir na construção do conhecimento. Tal ideário encontra ressonância no Manifesto dos Pioneiros, em 1932.

Fonte:

<http://www.webartigos.com/articles/22754/1/Escolanovismo/paginal.html#ixzz1FwmbCZ0c>

³ <http://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/seminario.pdf>.

colombianos que, há mais de 20 anos, atuavam com classes multisseriadas daquele país (Brasília, 2009, p. 12-14).

Em 2004, ou seja, após dez anos em atividade, o programa é avaliado e sofre severas críticas, principalmente em decorrência de seus referenciais econômicos de base neoliberal, teóricos de base construtivista e de sua ineficiência para alterar os índices de qualidade da educação básica no campo.

De agosto de 2004 até setembro de 2006, o Programa Escola Ativa, mesmo com a criação da Secretaria de Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC, permaneceu na estrutura do FNDE - agência que faz a gestão dos recursos do MEC advindos do Banco Mundial. À frente da Coordenação-Geral de Educação do Campo, o professor Dr. Antonio Munarim realizava a crítica sobre essa alocação e, ao mesmo tempo, defendia que para recebê-lo na estrutura da Coordenação-Geral de Educação do Campo o programa teria de sofrer profunda modificação. O referido programa somente passou para a SECAD no decorrer de 2007, após a saída de Munarim da Coordenação-Geral. Foram encerradas as transações com o Banco Mundial e o MEC assumiu o programa com recursos próprios, transferindo sua gestão à estrutura da SECAD e expandindo-o a todas as regiões do país. Para tanto, solicitou uma avaliação com vistas a redirecionamentos, mas esta avaliação, feita pela UFPA, nunca chegou a ser considerada.

O processo de reformulação do Programa aconteceu em confronto e conflito, à luz das concepções apresentadas nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, e das Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo - Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. São levadas em consideração, nas reformulações propostas para o programa, as enunciações de autores como KOLLING, CERIOLA, MOLINA (1999); KOLLING, NERY, MOLINA, (1999) e MOLINA (2004), a respeito de diretrizes para a Educação do Campo.

Desde 2008, o Programa expandiu-se para todo o Brasil e tem financiamento direto do MEC e não se encontra mais atrelado ao Banco Mundial, os livros foram revisados e reeditados. O Programa foi assumido pela SECAD como uma ação prioritária para a educação básica no campo e as universidades federais foram alçadas a participar das iniciativas nos Estados brasileiros, juntamente com as respectivas secretarias de educação, o que possibilitou um aprofundamento das críticas à proposição teórico-metodológica do Programa⁴.

⁴ Ver o teor destas críticas no trabalho de Ana Carolina Marsiglia e Ligia Martins, intitulado "Programa Escola Ativa: uma análise

Atualmente, a expansão do Programa toma dimensão nacional com, aproximadamente, 10 mil escolas e um milhão de alunos, contando com financiamento que abarca a maior parte do orçamento da SECAD. Porém, a dimensão do Programa, frente ao número real de escolas do campo, ainda é muito pequena, pois no universo da Educação do Campo no Brasil o número de escolas multisseriadas é de aproximadamente 50 mil, a maioria no Nordeste (Censo Escolar, 2009).

PROBLEMA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

“Melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo”⁵ é o objetivo do Programa. No entanto, este objetivo não vem sendo alcançado. Frente às avaliações da própria SECAD/MEC, os problemas advêm da base das escolas multisseriadas que possuem estruturas precárias, professores leigos, sem formação continuada, desestimulados e resistentes ao novo. Além disso, é alegado que as Secretárias Estaduais e Municipais são muito limitadas frente às necessidades destas escolas e de implementação do Programa. Em relação à sua própria atuação, a SECAD se refere ao atraso do material didático e kits pedagógicos para que a metodologia do programa possa ser efetivada.

Frente aos indicadores levantados em pesquisas publicadas⁶ sobre experiências realizadas e nas experiências desenvolvidas em algumas IES, apontam-se como problemas e dificuldades⁷:

- Apesar das IES terem assumido o compromisso com a formação da Escola Ativa - Adesão 2008, somente em 2009, receberam informações reais acerca da quantidade de municípios e de escolas que aderiram ao Programa; a própria operacionalização do Programa foi sendo apresentada nos módulos de formação dos formadores no decorrer dos anos 2009 e 2010; e apesar da aprovação dos projetos pela SECAD e pelo FNDE o recurso é liberado sempre com um ano de atraso;

crítica”, disponível em:
http://www2.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/programa_

⁵ Projeto Base do Programa Escola Ativa. Brasília, MEC/SECAD, 2008, p.33.

⁶ Entre estes estudos, destaca-se o realizado pelo GEPERUAZ - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Amazônia. Ver o texto de Salomão Hage, intitulado “A multisseriada em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo”.

⁷ A solicitação de audiências às autoridades, pelos coordenadores do Programa na UFBA, deixa evidente os problemas e dificuldades para a implementação do Programa na Bahia. Disponível em:
http://www2.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/audiencia

- Falta de condições necessárias nas IES e nas coordenações estaduais de Educação do Campo para execução do programa (dificuldade de comunicação com os municípios por falta de recursos: linha telefônica, serviço de correio, fax, computadores); falta de pessoal técnico-administrativo; falta de professores-pesquisadores do quadro efetivo, em algumas IES, para assumirem a formação;
- As solicitações de material e informações à SECAD não são atendidas na íntegra; não há cumprimento dos compromissos e prazos assumidos pela SECAD;
- As universidades tiveram problemas com o SAPENET;
- A SECAD solicita material e informação da universidade com prazos esgotados, perde documentos, solicita muitas vezes as mesmas planilhas; apresenta uma estrutura burocratizada;
- As ações via PAR ainda não garantem condições objetivas para os municípios, os estados e as universidades implementarem, de fato, políticas educacionais de qualidade;
- A alta rotatividade dos professores e os contratos temporários se apresentaram como uma dificuldade para a continuidade e desenvolvimento do Programa;
- Atraso no pagamento dos bolsistas do SGB - além da SECAD atribuir às universidades o que é de sua responsabilidade;
- Os municípios receberam material com quantidade insuficiente às escolas que aderiram ao Programa, um dos problemas é a defasagem dos dados pelo atraso de anos na liberação de materiais e recursos;
- O material de orientação pedagógica, distribuído pela SECAD, apresenta-se defasado, de base neoliberal e escolanovista, o que fragiliza a formação e a alfabetização dos educandos, não contemplando a autonomia no planejamento do professor;
- Livros didáticos do Programa apresentam erros conceituais e com pouco conteúdo escolar;
- Os kits pedagógicos entregues às escolas municipais apresentaram defeitos e erro de fabricação;
- Falta de condições necessárias nas secretarias de estado da educação: faltam técnicos especializados, logística de distribuição de material, espaços públicos para capacitação de um grande contingente de professores, entre outros.

Estes problemas foram expressos pelos participantes dos processos de capacitação, em documentos divulgados que permitem localizar as reivindicações dos professores do campo no que diz respeito às responsabilidades do Governo

Federal, Estadual, Municipal e da Universidade para garantir efetivamente a implementação de diretrizes da Educação do Campo nas escolas multisseriadas⁸.

Diante do exposto, questiona-se: Como um Programa voltado apenas às escolas multisseriadas, que é um tipo de escola do campo, é assumido pela SECAD/MEC como uma ação prioritária para a educação básica no campo com o propósito de melhorar a qualidade do desempenho escolar? Diante do montante de financiamento (Programa com o maior montante), da abrangência do Programa e, da real demanda da educação do campo, será este programa uma ação prioritária para concretizar as diretrizes operacionais da Educação do Campo, no que diz respeito a "melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo"? Essas questões nos levam a subsidiar a presente nota técnica para enfrentar a situação problema.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PREVISTOS NO PROGRAMA

Fundamentação Teórica: Liberalismo, Escola Nova (John Dewey), Construtivismo (Piaget) expressas nas formulações da UNESCO com as teses pós-modernas, dos quatro pilares da educação, entre os quais o "aprender a aprender". Estas teses vêm influenciando a educação no Brasil desde a década de 20 e têm merecido severas críticas, entre as quais, destaca-se a formulada por DUARTE⁹. Atualmente, também baseadas nas "teorias do aprender a aprender" e no neoconstrutivismo (Piaget). Fundamenta-se na metodologia em si e no ambiente pedagógico favorável à aprendizagem, centrado no aluno e na não-diretividade pedagógica. O professor é um facilitador da aprendizagem. O conteúdo é flexível e deve ser priorizado o estudo da realidade em que os alunos estão inseridos. Uma das conseqüências de tal metodologia é o esvaziamento do conteúdo clássico na escola e a não-elevação do pensamento científico dos alunos. Tanto a SECAD/MEC, quanto muitas universidades participantes, cientes destas conseqüências, vêm propondo reformulações e

⁸ A respeito das reivindicações dos professores, acesse:
http://www2.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/manifesto_defesa_educacao_campo/

⁹ As principais obras de Newton Duarte que tecem tais críticas são: DUARTE, N. *Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 296 p.; DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2004, v.1. 242 p.; DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios crítico-dialéticos em Filosofia da Educação*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 110 p.; DUARTE, N. *Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e A Escola de Vigotski*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

reconceptualizações na base teórico-metodológica do Programa, buscando fundamentação nas teorias críticas da educação. Portanto, o programa apresenta, em sua formulação, elementos teóricos não-críticos.

Operacionalidade: O Programa consiste em formações de formadores das IES e SEDs pelo MEC, multiplicação das formações para os professores multiplicadores (técnicos dos municípios) e multiplicação da formação destes para os professores de escolas multisseriadas. Isso se dá a partir de seis módulos de Formação de Professores das IES, capacitados pela equipe SECAD/MEC. As consequências são: a reprodução de conteúdos desconexos da realidade do campo e, muitas vezes, a dificuldade para replicar na escola do campo os conteúdos tratados com os formadores dos formadores. A proposição das IES foi a alteração dos conteúdos do processo de formação, com ênfase na formação de professores para trabalhar coletivamente e construir os projetos políticos-pedagógicos, os currículos e os programas escolares de forma autônoma, adequada a cada realidade.

O Programa seleciona os seguintes conteúdos:

Módulo 1 - Concepções e conceitos em Educação do Campo; Metodologia do Programa Escola Ativa: Cadernos de Ensino-Aprendizagem (livros específicos por disciplinas: português, matemática, história, geografia, ciências e alfabetização), Cantinhos de Aprendizagem - Espaço Interdisciplinar de Pesquisa, Colegiado Estudantil, Relação Escola e Comunidade.

Módulo 2 - Introdução à Educação do Campo; Concepções e conceitos em Educação do Campo; Classes multisseriadas; Organização do Trabalho Pedagógico: Elementos curriculares e seus instrumentos de aplicação na sala de aula; Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Cantinhos de Aprendizagem - Espaço interdisciplinar de pesquisa, Colegiado Estudantil; Escola e Comunidade; Planejamento; Avaliação. Gestão, acompanhamento e formação de professores: os microcentros. Apresentação da proposta de trabalho para desenvolver com os professores. Concepções e conceitos em Educação do Campo: Campo; Educação do Campo; Desenvolvimento Sustentável; Trabalho e Educação; Características sociais, políticas e econômicas do Campo Brasileiro. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do campo. Educação do Campo, como direito humano, no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social. Movimentos Sociais do Campo. História e lutas pela Educação do Campo (Encontros e Conferências do Campo).

Módulo 3 - Alfabetização e Letramento: Concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação do Campo (Psicologia histórico-cultural; Wallon). Ensino fundamental de 9 anos e suas implicações para classes

multisseriadas; Principais teorias de alfabetização e seus respectivos métodos; Letramento e alfabetização; Aspectos psicolinguísticos da alfabetização (desenvolvimento da escrita); Formas de agrupamento entre crianças que provocam aprendizagem; Estratégias de Leitura; Produção de Textos; Trabalho com os diferentes gêneros textuais; A leitura do professor e a leitura do aluno.

Módulo 4 - Práticas Pedagógicas em Educação do Campo. Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em andamento). Apresentação de relatório, pelos cursistas, do trabalho desenvolvido nos microcentros. Apresentação de uma proposta de trabalho deste módulo com os professores nos microcentros. Fundamento e princípios da Educação do Campo: Trabalho como princípio educativo, Pesquisa como princípio formativo, Escola formadora do ser humano articulado com um projeto de emancipação humana. Organização do trabalho.

Módulo 5 - Gestão educacional pedagógica: práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade; Estrutura pedagógica dos cadernos de ensino e aprendizagem; Cantinhos de Aprendizagens e o uso de diferentes materiais didáticos; Interdisciplinaridade; Planejamento e Avaliação. Apresentação de relatório, pelos cursistas, do trabalho desenvolvido nos microcentros. Apresentação de uma proposta de trabalho deste módulo com os professores nos microcentros. Organização da Educação Nacional. Competências e responsabilidades dos entes federados com a Educação do Campo. Conselhos de Educação no âmbito dos sistemas. Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em andamento). Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação do campo; Gestão de recursos materiais (relação da infraestrutura escolar e condições de funcionamento das escolas para a qualidade do ensino); gestão democrática; gestão pedagógica da educação escolar no campo. Gestão de pessoas nos sistemas de ensino e nas escolas do campo: formação e valorização dos profissionais da educação na LDB e nas diretrizes e metas do PNE. Aspectos legais do Programa Escola Ativa, projeto político-pedagógico e regimento escolar. Apresentação de relatório, pelos cursistas, do trabalho desenvolvido nos microcentros. Apresentação de proposta de trabalho deste módulo com os professores nos microcentros.

Módulo VI - Tecnologias da Educação - jogos, vídeos, interação, produção.

TOTAL - 240h.

O Programa dispõe de financiamento para: kits escola, livros didáticos, formação, bolsas, supervisão. Os recursos humanos compreendem: formador, supervisor, multiplicador - que atuam nos macrocentros, microcentros e na formação.

CRÍTICAS ACUMULADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Entre as críticas acumuladas nos debates decorrentes de estudos nas IES e da implementação do programa Escola Ativa por parte de coordenadores, professores formadores, supervisores e professores multiplicadores, destacamos:

1) **A Origem do Programa** com financiamento do BM e como uma política compensatória via organismos multilaterais, viabilizada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso com perfil de política focal e assistencialista. O Programa nasce para atender escolas do norte, nordeste e centro-oeste e agora se destina a todas as classes multisseriadas do campo.

2) **A avaliação e o balanço do programa** que iniciou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e se consolidou no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, portanto, com quinze anos de existência sem demonstrar avanços significativos na situação das escolas e na aprendizagem dos estudantes do campo;

3) **A base teórica do programa** que tem suas raízes no pragmatismo e nas concepções escolanivistas e neoconstrutivistas, que não atendem as necessidades de uma consistente base teórica para sustentar o trabalho pedagógico nas escolas do campo;

4) **O financiamento internacional** e sua orientação teórica com origem na UNESCO até a situação instável na atualidade, no governo da Presidente Dilma Rousseff, perante os cortes no orçamento executados no início do ano de 2011 no montante de 50 bilhões de reais;

5) **A relação entre Governo Federal, Universidade e Secretarias de Educação de Municípios e de Estados** que são complicadas, burocratizadas e, interferem na autonomia da escola e dos professores;

6) **A orientação política** alienadora do Programa, centrada na neutralidade da técnica de ensino, uma vez que o Programa é uma estratégia metodológica apenas;

7) **A preparação, formação dos educadores, dos formadores**, voltada somente para a técnica de ensino, para a gestão restrita, para a dimensão pedagógica e técnica, secundarizando as demais dimensões do ato de ensinar e aprender, como o são, as dimensões do pensamento e atitude científica, política, ética, moral, estética;

8) **A descontinuidade do Programa**. O Programa não está assegurado frente à fragilidade das políticas públicas educacionais do Governo e frente à profunda crise que vive os Estados em decorrência da crise do capitalismo. A regulamentação via decreto da Educação do Campo não assegura o Programa como política pública permanente;

9) **A falta de autocrítica**. Não foi realizado um balanço e autocrítica do Programa pela SECAD/MEC, o que se faz necessário com urgência;

10) **A não-reconceptualização do Programa em sua nova versão**. A nova versão do Programa, com reformulações

elaboradas em 2008, rebaixa novamente a teoria e incorpora de maneira aligeirada noções da Educação do Campo. O Programa não atingiu um grau de reformulação nacional capaz de identificá-lo com os fundamentos da Educação do Campo que tem sua identidade relacionada às lutas sociais pela reforma agrária e por outro modelo de desenvolvimento econômico no campo;

11) **A não presença dos Movimentos de Luta Social do Campo** como articuladores dos povos do campo ao Programa e que tecem críticas severas ao mesmo, principalmente, porque a implementação do Programa, da forma como vem acontecendo, compromete a formação humana nas escolas do campo em áreas de reforma agrária, e não leva em consideração as experiências acumuladas pelos movimentos sociais;

12) **A burocracia na aplicação dos recursos que desconsidera a realidade do campo.** Não são permitidas: compra de materiais permanentes, de equipamentos didáticos e pagamento de professores (devido às especificidades de cada região no Brasil) para as capacitações no interior dos Estados;

13) **É um programa fechado, de cima para baixo, que fere a autonomia universitária.** A constatação é que a preparação dos formadores está sendo proposta somente do ponto de vista técnico-pedagógico, faltando dimensão científica consistente e dimensão política, bem como, a explicitação dos dados concretos do balanço realizado nos quinze anos do Programa;

14) **O Programa não atingiu o ponto de irreversibilidade** que garanta a sua continuidade em outro patamar qualitativo.

SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTO

Para universalizar a educação básica no campo e "melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo", faz-se necessário uma política global, articulada, permanente, com financiamento adequado e gestão pública transparente, simplificada e com controle social e, fundamentalmente, com a participação dos povos do campo e com os movimentos que articulam suas lutas.

A formação inicial e continuada deve ser enfatizada, priorizada e elaborada de forma consistente pelas IES, em sintonia com as propostas mais avançadas para a formação de professores desenvolvidas no País, como a da Associação Nacional de Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE)¹⁰ e as desenvolvidas nos cursos de formação de professores implementadas pelas IES e articuladas ao Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), como por exemplo, os cursos de Pedagogia da

¹⁰ <http://anfope.spaceblog.com.br/>

Terra e os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, entre outras experiências desenvolvidas pela própria SECAD/MEC.

Faz-se necessária outra fundamentação teórica do Programa, dentro de uma tendência crítica da educação, visando à alteração das práticas pedagógicas para a elevação do padrão cultural de professores e estudantes no Brasil.

Os materiais didáticos elaborados para uso nacional não devem conter erros e devem ser utilizados de maneira a favorecer o planejamento do professor e auxiliar no desenvolvimento das funções psíquicas superiores das crianças do campo. Estes materiais devem chegar rapidamente nas escolas e não ficar dependente de logísticas que não funcionam.

O aporte financeiro deve ser adequado para garantir condições concretas de trabalho, de produção de ciência e tecnologia, de implementação e manutenção desta tecnologia no campo e para assegurar a permanência do estudante no campo. Isto nos remete a reconhecer a relevância da defesa dos 10% do PIB para a educação brasileira, item a ser incluído e aprovado no Plano Nacional de Educação 2011-2020.

Deve superar o estágio de mero programa desarticulado, para incluir-se no Sistema Nacional Integrado de Educação, no qual cabem aos entes federados assumirem de fato as responsabilidades na implementação e consolidação de uma política que garanta a todos uma educação pública, gratuita e de qualidade no campo, com padrão qualitativo elevado.

É imprescindível uma forte relação com os Movimentos de Lutas Sociais do Campo (sem terras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, caiçaras, atingidos por barragem, fundo de pasto, extrativistas) e demais povos do campo, como trabalhadores assalariados rurais, pescadores artesanais, agricultores familiares, povos da floresta, caboclos e outros que produzem as suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural, para que o Programa possa se caracterizar como uma política de educação básica do campo.

Diante disto, propõe-se que a atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) realize encontro de avaliação e redimensionamento do Programa com os responsáveis implicados, ampliando a base de diálogo com os que realmente representam as populações do campo e os Movimentos de Luta Social no Campo.

Que as alterações no programa levem em conta os argumentos aqui expostos, as diferentes experiências e avaliações dos executores do programa e, principalmente, a alteração da base teórica que fundamenta o Programa, na perspectiva de uma fundamentação crítica da educação, uma

fundamentação, como expressa o FONEC em sua Carta de Criação, de matriz histórica da Educação Socialista. Também apontamos para um redimensionamento e uma reconceptualização do Programa frente à aprovação do Decreto N° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com a finalidade de avançar para uma política pública efetiva e ampliada de formação inicial e continuada de professores do campo para a educação básica e que abranja todos os tipos de escolas do campo em sua real demanda no Brasil.

Por fim, os rumos da Educação do Campo dependem, fundamentalmente, da luta diuturna travada entre sujeitos que se identificam e se inserem em projetos de sociedade e de educação antagônicos. A posição dos Movimentos de Luta Social do Campo articulados aos povos do campo, a posição de fóruns nacionais e estaduais como o FONEC – Fórum de Educação do Campo, lançado em 17 de agosto de 2010, a posição dos demais organismos de luta da classe trabalhadora, como partidos políticos e centrais sindicais, influenciarão decididamente estes rumos. Portanto, é vital para os povos do campo - a EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE COMO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO.

Referências:

BRASIL/INEP/MEC. *Censo Escolar*. Brasil, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Escola Ativa: projeto base*. Brasília: SECAD/MEC, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Programa Escola Ativa: orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores*. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

BRASIL. Poder Executivo. *Decreto nº. 7.352*, de 04 de novembro de 2010.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

FORUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. *Propostas emergenciais para mudanças na educação brasileira*. Brasília: Seminário "Reafirmando propostas para a Educação Brasileira", 18 a 21 de fevereiro de 2003.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Carta de Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo*. Brasília. 2010.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. *Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação*. Educ. Soc. Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 07/03/2011.

HAGE, Salomão Mufarrej. (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gutemberg, 2005.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Monica Castagna (orgs). *Por uma Educação Básica do Campo*. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. v. 4. Brasília: UnB, 1999.

MARSIGLIA, Ana Carolina e MARTINS, Ligia. *Programa Escola Ativa: uma análise crítica*. Disponível em: http://www2.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/programa_. Acesso em 07/03/2011.

MOLINA, M. C. e JESUS, M. S. A. (orgs.). *Por Uma Educação Básica do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. vol. 5. Brasília, DF: Editora UnB, 2004.

PNERA, *Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária*, INEP/MEC. Brasil, 2005.

ROCHA-ANTUNES, Maria Isabel e HAGE, Salomão. *Escola de direito: reiventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

XAVIER NETO, Lauro Pires. *Educação do Campo em disputa: análise comparativa entre o MST e o Programa Escola Ativa*. Disponível em: http://www2.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/mst. Acesso em 07/03/11.

Elaborado por: Adriana D'Agostini (UFSC), Celi Zulke Taffarel (UFBA), Claudio de Lira Santos Júnior (UFBA), Marize Carvalho (UFBA), Roza Cambui (UFBA)
Revisão Textual: Silvia Maria de Oliveira

Assinado pelo Fórum Nacional de Educação do campo - FONEC

Brasil, 18 de abril de 2011.